

Carlos Leone

O essencial sobre  
SOTTOMAYOR CARDIA

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

© **N** IMPRESA  
NACIONAL  
DIRETOR GERAL: DR. PAULO DE FIGUEIREDO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO: DR. JOSE CARLOS DE FIGUEIREDO

Carlos Leone

O essencial sobre  
SOTTOMAYOR CARDIA

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

© **N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.



Sou um homem frágil que pode ter  
passado a vida a falar alto em voz baixa.

SOTTOMAYOR CARDIA,  
«Combates Passados», *in limine*.



## *NOTA PRÉVIA*

Este volume da colecção «O essencial sobre» apresenta duas particularidades que o distinguem de outros que já tive oportunidade de escrever em anos recentes.

Em primeiro lugar disponibiliza ao público excertos e resumos de documentos de Mário Sottomayor Cardia que, apesar de não serem inacessíveis, em princípio serão consultados apenas por investigadores. Refiro-me, em particular, ao manuscrito de um diário, curto e irregular, que Sottomayor Cardia manteve durante 1982 e, com maior extensão e complexidade, a um projecto nunca terminado, e nem sequer parcialmente editável por se tratar de um esboço, de autobiografia, intitulada «Combates Passados — Memórias de um pequeno político». O primeiro será referido como «Diário (D)», o segundo como «Combates Passados (CP)». Quero agradecer a disponi-

bilização de ambos, e a autorização para os citar, à Dr.<sup>a</sup> Luísa Ducla Soares, viúva de Mário Sottomayor Cardia. Agradecimentos redobrados, acrescento, pelo tempo e interesse que dedicou a este e a outros trabalhos que dediquei ao meu antigo Professor de Filosofia Social e Política desde a sua morte.

Em segundo lugar, far-se-á uso abundante nestas páginas de textos cuja publicação terá lugar em simultâneo (espero) com este volume, num livro de homenagem a Sottomayor Cardia que co-organizei com Manuela Rêgo, *Liberdade sem Dogma* (Tinta da China Editores, Lisboa, 2007). Por ainda estar no prelo, não indicarei o número de página desses textos. Quero agradecer aqui ao Doutor António Braz Teixeira, enquanto Presidente do Conselho de Administração da INCM, a disponibilidade e o empenho em fazer surgir este volume em simultâneo com o livro de homenagem, no qual também participou.

Por fim, este livro é um estudo da obra de Sottomayor Cardia, tanto intelectual como política. Por isso, elementos biográficos são relevantes e, com eles, algum material eventualmente controverso. Se no domínio intelectual a regra será a citação de textos como é normal em trabalhos universitários (excepção feita aos do volume de homenagem já

mencionado), no domínio político este livro terá como regra limitar ao máximo a matéria polémica que requer uma análise bem mais longa do que o formato desta colecção permite. E do que o seu autor pretende.





# 1

## JUVENTUDE, FORMAÇÃO, OPOSIÇÃO

É normal referir a extrema juventude de Sottomayor Cardia enquanto opositorista ao regime do Estado Novo, e não é de estranhar que assim seja. Mas para melhor compreender o seu episódio ainda liceal em torno da questão da «Índia Portuguesa» e do seu destino, a que nos referiremos adiante, vale a pena começar por acompanhar a descrição da sua infância em «Combates Passados» e algumas memórias de seus amigos de extrema juventude.

Nascido a 19 de Maio de 1941 na residência familiar em Matosinhos, numa situação de risco de vida para sua mãe (cf. CP, p. 1), Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia cresceu num mundo de classe média, sem demasiadas preocupações nem excessivas extravagâncias. Com pai e avô médicos, as suas primeiras publicações ocorreram em edições da área da

Medicina, muito embora dedicadas a temas literários. Antiliberal e monárquica, a influência paterna não foi contudo no sentido de distinguir artificialmente o jovem Mário Sottomayor Cardia, que aliás manteve toda a sua vida um declarado desdém pelas designações nobiliárquicas da nossa pseudo-aristocracia. Ainda na década de 1940, a família muda-se para o Porto, Avenida da Boavista. Seguindo, como até aqui, «Combates Passados», citamos um pouco demoradamente:

«Não posso dizer que tenha tido uma infância travessa, traquina, abusadora ou agitada. E menos ainda que me tenha feito notar pela rebeldia, ao menos nesses verdes anos, felizmente distantes. Se quiser reconstituir a imagem essencial que guardo da infância, direi, pretensiosamente, reconheço, que foi a da inalterabilidade das coisas no tempo. Era carente de auto-estima? Mais: possuído de temores. Pior. De pavores. De premonições de fim prematuro. Dir-me-ia, com informação a que mais tarde acedi, em vias de irremediável vergílio-ferreirização. Pré-vocação heideggeriana? Não diria tanto. Em todo o caso, e agora sem qualquer ironia interpretativa, fui uma criancinha bem comportada e temente a Deus, como convinha à (ao tempo problemática) salvação da alma.» (Pp. 3-4.)

Estivesse a redacção de todo CP tão próxima da fase definitiva como este excerto, do qual só a última oração estava em suspenso, e seria um volume autobiográfico como talvez as Letras portuguesas não têm nenhum. Pelo menos na sua versão existente, as páginas sobre a infância e a juventude, das mais dificilmente substituíveis, são das mais ricas e felizes.

Cumprida a instrução primária, o jovem Cardia frequenta o Liceu Rodrigues de Freitas, então D. Manuel II, de onde transitará para o Colégio de Almeida Garrett. Nestes anos estabelece amizades que durarão toda a vida. Citando de novo CP:

«Fui colega de Rui Barbot que, cerca de três décadas mais tarde, David Mourão-Ferreira me revelou ser o já famoso Mário Cláudio. Como também o fui do médico Manuel Afonso Streckt Monteiro. Ambos sabem da minha vida de então mais do que eu próprio.

Recordou Mário Cláudio: ‘No Colégio de Almeida Garrett fui colega de carteira do Mário Sottomayor Cardia, com quem haveria de fundar um cenáculo de sumidades que dissertavam sobre a filosofia de Spinoza, aguardando o ingresso do lanche compensador da nossa bulimia de adolescentes.’ (Mário Cláu-

dio, *Autobiografia, J. L.*, n.º 884, 18 de Agosto de 2004, p. 36.)» (P. 5.)

Em «Combates Passados», contudo, Cardia lembra com maior detalhe os seus períodos de entusiasta por hóquei em patins e, menos mas também, por futebol. E a arritmia cardíaca que o afastou de um dos seus lugares de eleição desses dias, o campo de futebol do Liceu D. Manuel II. Menos correrias, mais leituras: «Tanto a taquicardia como a depressão ficaram-me coladas ao organismo, e por não menos de quarenta anos. Começo a vislumbrar que talvez não definitivamente.» (CP, p. 6.) A ligação foi tudo menos accidental, como relata de seguida:

«Reparo agora que o abandono da fé religiosa, o desagrado pelo regime de Salazar e a ‘troca’ do atletismo pelo excesso de literacia ocorreram simultaneamente ou quase, entre os treze e os catorze anos. Tudo se terá passado em menos de um ano. Seria o ano do meu descaminho, aos olhos da família.

O meu afastamento dos valores ideológicos familiares começou pela crítica do cristianismo e só depois passou à do salazarismo, embora as duas coisas andassem estreitamente ligadas no mundo doméstico e social em que vivia.» (*Ibid.*)

Nada de dramático na perda de fé, contudo: «Não me recordo de ter passado por dúvidas dilacerantes. Nem por abalos existenciais. Pensei no caso. Concluí que até aí estava errado. Não receei consequências sobre o futuro da minha alma porque considerei a hipótese não menos do que ridícula. Não me pus a raciocinar sobre a hipótese de Deus ser malfeitor e vingativo, sedento de homenagens e de humilhações das criaturas.» (*Ibid.*) Como a perda da fé é um tópico muito glosado na geração a que Cardia pertenceu, é justo citar mais longamente o que encontramos em CP a este respeito, para melhor se apreciar as diferenças face à vulgar lamentação em torno do assunto:

«Depois procurei tratar de todos os pormenores de modo a não entristecer sobretudo a minha mãe, que era uma crente sincera. E avisei os padres a quem me confessava de que ia deixar de o fazer e qual a razão.

Acima de tudo apostei que seria mais honrado e honesto do que o comum dos crentes honrados e honestos. Não tinha quem me perdoasse. Era livre perante a minha própria consciência. Teria de ser eu próprio a perdoar-me as infracções ao meu pró-

prio código. Raras penalizações me poderiam ser tão gravosas como a que eu próprio tivesse de me auto-infligir.

Quando conheci a famosa sentença de Dostoievski — se Deus não existe, tudo é permitido —, considerei-a um dos mais graves escândalos que a inteligência podia ter produzido. Quanto à aposta de Pascal, essa, tornou-se a meus olhos símbolo de desbragado negociismo. Não sabemos se Deus existe ou não. Se existe, temos tudo a ganhar em acreditar nele; se não existe, convém igualmente acreditar porque nada há então a perder. O miúdo que eu era vislumbra tal aposta na Igreja Católica um pouco por toda a parte, embora dissimuladamente. Negociar com um Deus hipotético e temido, tentando enganá-lo, e apenas para lisonjear o seu infinito orgulho e satisfazer a sua arrogância de juiz parcial e egocêntrico, onnisciente e ludibriável, parecia-me um jogo repugnante. Era como se, por duplicidade moral, sem qualquer esquizofrenia atenuante, se pudesse conseguir, do ser perfeito e onnipotente, o que, de ninguém, seria lealmente alcançável.» (P. 7.)

Já a oposição ao salazarismo foi menos tranquila, resultando de um jovem anticonservadorismo e da

experiência de viagens pela Europa fora, que o fizeram cultivar Paris como capital do espírito.

Mas o 4.º ano do liceu trouxe os problemas em torno da defesa da independência da Índia Portuguesa (ou sua reunificação com a Índia independente) e a passagem para o Colégio de Almeida Garrett.

Altura, então, de darmos a palavra a Mário Cláudio, citando apenas parte do belo testemunho que escreveu para o volume de homenagem *Liberdade sem Dogma*:

«O adolescente que no ano lectivo de 1955-1956 deu entrada no Colégio de Almeida Garrett no Porto causaria algum espanto, não desgarrado de afabilidade. Chamava-se Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia, vestia fato completo, quer dizer, casaco e calça e colete, de boa fazenda escura, e usava gravata de discreto padrão, *toilette* pela qual se assemelhava a uma personagem de romance de Roger Martin du Gard. Nos meses de Inverno, os quais ele parecia prolongar estranhamente pela Primavera adentro, envergava um comprido sobretudo azul-marinho, e munia-se de um guarda-chuva que ostensivamente arvorava em seu emblema, o que lhe conferia a silhueta que coincidia com a do Professor Tournesol, figura popularíssima dos álbuns do Tintin. Não creio



porém que lesse ele qualquer uma destas matérias, nem *Les Thibault*, nem o Hergé, hábitos que haveria de reputar, quando não de supérfluos, de decididamente infantis. Mas o nosso novo condiscípulo, tão distinto daquela massa de rapazes irresponsáveis e turbulentos, possuía o segredo de despertar nos seus camaradas, isto apesar das abissais diferenças, uma espécie de respeito caloroso, e de divertida complacência. Aluno excelente na área das humanidades, jamais o veríamos encolher-se diante de um daqueles neuróticos professores que, tomados de reverência, só a ele se abstinham de brutalizar, e contra os quais não se coibia de erigir, sempre que se revelava necessário, o facho da sua indefectível solidariedade com os colegas de turma.»

O texto prossegue pormenorizando o «cenáculo» fundado pelos amigos, e a ele voltaremos a propósito dos dias já universitários. A proeminência é bem conhecida, e CP permite ver que também a «indefectível solidariedade» trazia tensões, embora com recompensas:

«Um belo dia decidi ousar um pequeno atrevimento. Pedi, ao professor de Religião e Moral, tempo para uma parlenda. A coisa começou com uma reflexãozinha bem-pensante sobre futebol e acabou... com

umas ferroadas na Mocidade Portuguesa. O inicial contentamento do padre Zacarias acabou em sisudez, se não em incomodidade. Ou mais precisamente em raspanete mal engolido. Depois, isolei a parte inicial e mostrei-a a meu pai. Que, ternurentamente, publicou o texto no semanário *O Médico*. Pela primeira vez vi o nome impresso num jornal. O 'futebol de hoje' foi publicado a 3 de Janeiro de 1957. Tinha portanto quinze anos.» (P. 9.)

Ainda sem pensamento político organizado, muito menos próprio, inicia contactos com os meios oposicionistas portuenses, maioritariamente «liberais», no sentido «Esquerda moderada» (ou moderados sem ser sequer de Esquerda) que o termo à época tinha:

«Ainda no Porto (ou pouco depois) convivi com destacadas figuras da oposição. Sobretudo o Dr. Arnaldo Veiga Pires, médico, com quem aprendi bastante. E ocasionalmente António Macedo, Mário Cal Brandão, Veloso Pinho (médico também) e outros. Conheci muito bem Pedro Veiga (Petrus) mas creio que era mais homem de letras do que resistente. Muito mais político e influente foi um amigo de meu pai, e meu amigo, então contrário ao regime: Prof. Gonçalves Ferreira, ilustre higienista, ao tempo director do Instituto Ricardo Jorge no Porto, mais tarde

secretário de Estado de Marcello Caetano e que, após 1974, procedeu com grandes excentricidades e lamentando, inicialmente, não ser perseguido. Recordo ainda ter assistido a uma conferência do bispo D. António Ferreira Gomes em instituição cujo nome não sei precisar. Só mais tarde conheci (e fui amigo) de Virgínia Moura, Lobão Vital e Armando Bacelar.» (CP, p. 10.)

Arlindo Vicente e Cunha Leal foram os oradores do primeiro comício a que assistiu, a 31 de Janeiro de 1958 (cf. CP, p. 11), tendo a sua actividade conhecido um aumento com a candidatura, nesse mesmo ano, do general Humberto Delgado à Presidência da República (cf. *ibid.*).

Nesses anos, Cardia, como quase todos os da sua classe social em Portugal, formou as suas convicções pela literatura. Em CP (p. 14) relembra como as suas primeiras influências, antes ainda de Eça («Era — e é — ele o meu Super-Camões»), foram Guerra Junqueiro e Raul Proença, admitindo mesmo a hipótese de os dois terem formado muita da sua própria atitude conflitual em política. E de seguida detalha:

«Óscar Lopes era quase meu vizinho. Nunca chegou a ser meu professor. Mas encontrávamo-nos fre-

quentemente. Primeiro, quando ainda frequentava o D. Manuel II, onde ele era professor, acompanhava-o a pé ou até ao liceu ou no regresso. Depois, e além dos colóquios literários, víamo-nos às vezes no café. Não me disse, até lhe falar no assunto, provavelmente após 1962-1963, uma palavra sobre Marx ou marxismo. Ensinou-me sobre filosofia e literatura. Estudei literatura nos 6.º e 7.º anos pela sua (e de António José de Saraiva) história da literatura, embora também pela de um seu inimigo, pretense rival e perseguidor — Feliciano Ramos, cujo manual era de leitura mais fácil e linear. Julgo saber que o interesse deste no mercado desse livro teve papel decisivo na proibição, cerca de 1955, da *História* de Óscar Lopes e Saraiva, bem como de *Pequeno Manual de Filosofia* de Vasco de Magalhães Vilhena, ambos denunciados como comunistas na revista *Brotéria*, órgão dos jesuítas.

Havia uma frequência mais ou menos estável. Entre tantos outros, apareciam Isabel Guerra Junqueiro, Tomás Cabreira, co-autor de um livro com Mário de Sá-Carneiro e amigo de Fernando Pessoa ('ele não viveu para escrever e eu não escrevi para viver'), Alberto Uva, António Ramos de Almeida, José Pecegueiro, Fins do Lago, Fernando Guimarães, Alfredo

Ribeiro Santos, Papiniano Carlos, o poeta António Reis, Luís Veiga Leitão, Albuquerque e Castro, etc. Não sei se Vasco Graça Moura ou Mário Cláudio por lá apareciam. José Augusto Seabra estava preso ou já em Lisboa. Até António José de Brito aparecia. Já era, como continua a ser, o fascista mais bem educado. Os colóquios foram a minha primeira ‘tribuna’ pública. Era, sem sombra de dúvida, o benjamim dos intervenientes; aliás abusava com alguma contumácia, mas quase todos perdoavam. Creio que não faltei a uma única sessão, até à vinda para Lisboa.» (CP, p. 15.)

O significado destes encontros na formação de um percurso colectivo bem mais rico do que as relações sociais comuns fica bem claro no testemunho escrito por José Pecegueiro para o volume de homenagem a Sottomayor Cardia, de que cito apenas o início: «Não é fácil sintetizar em poucas palavras o que penso sobre a personalidade de um aluno que considero ter sido o melhor de todos os alunos que tive ao longo da minha longa vida como pessoa e especialmente como professor de filosofia. Mário Sottomayor Cardia foi, sem qualquer sombra de dúvida, esse aluno. E de aluno transformou-se num dos meus maiores amigos.» É realmente de pessoas e de per-

sonalidades que se trata, não de carreiras ou de encontros casuais. No caso de Cardia, marcaram-no para sempre as poesias de Régio, Gedeão e Mourão-Ferreira, sendo que o resto da poesia portuguesa só mais tarde, na década de 1960, a veio a ler. Aquilino, cuja prosa venerou, e Rodrigues Miguéis, que chegou a escutar pessoalmente para de seguida ler toda a sua obra publicada nessa época, foram também marcas relevantes, entre muitas leituras; António Salgado Júnior e Barbosa Soeiro, como mestres, e Vergílio Ferreira, pela negativa, são também assinalados nestas páginas (cf. CP, pp. 16-18).

Até que o liceu findou e Sottomayor Cardia veio para Lisboa estudar Direito. De novo, vale a pena citar CP (p. 19): «No Porto não havia nem Faculdade de Direito nem Faculdade de Letras. Vim para Lisboa frequentar a Universidade. Consegui evitar Coimbra. Que ao tempo via com olhos injustos. Aparecia-me quase como se fosse um mundo de praxe, de capas esfarrapadas, de fados castiços, de bebedeira e de reaccionarismo. E era insensível ao encanto das ruelas e, talvez mesmo, à beleza das serenatas. No simplismo dos meus verdes anos, supunha, com republicana ingenuidade, que o salazarismo era a expressão da Coimbra universitária.»

Por pressão familiar, inscreve-se em Direito, no ano lectivo de 1959-1960. Mário Cláudio recorda:

«No ano lectivo de 1959-1960 desaguaríamos ambos, o Mário Sottomayor Cardia e eu mesmo, na Faculdade de Direito de Lisboa. Aí carpiríamos em uníssonos a nossa invencível falta de curiosidade pela substância de um curso que parecia obrigar-nos a pôr a capacidade de memorização à frente de melhores competências, e no qual se cultivavam os alfobres onde o regime vigente ia colher, sempre que possível, as energias que o sustentavam. Vivendo muito afastados um do outro, e acompanhando já por então o Mário Sottomayor Cardia vultos da nossa intelectualidade de esquerda que eu me habituara a reverenciar de longe, só umas quantas décadas mais tarde, e já como adultos encartados, retomariamos o nosso diálogo. Mas não me esqueço de uma prova escrita de Direito Constitucional em que o meu amigo, desafiando as potestades jurídicas, e testemunhando uma ignorância do programa que era pouco maior do que a minha, se entreteve a ensombrar as folhas do seu exame com um relato delirante. Tendo ficado instalados quase lado a lado, apreendi de soslaio algumas das impagáveis frases com que se tecia aquela prosa, não sobre os intricados mean-

dros da Constituição Americana, nem sobre as novidades fecundíssimas do Estatuto do Trabalho de Mussolini, mas sobre uma especiosa bizarria que muito tocava o incipiente literato que eu era nessa época, arrebatado pela paranóia crítica de múltiplos surrealismos. Tratava-se por certo da descrição onírica da primeira batalha do Mundo, a de Jericó, com a qual o escolar de leis *malgré lui*, em princípio alinhado pelo mais geométrico dos espíritos, se não retinha de homenagear o descomando da fantasia que salva. E eu pergunto agora se será pedir em excesso que por entre conceitos e juízos, raciocínios e teorias, alguma glória lhe assista, ao Mário Augusto Sotomayor Leal Cardia, pelo menos a que a poesia referenda, e a que a filosofia não exclui, de continuar a sonhar.»

O objectivo, aliás conseguido, era trocar Direito e a sua Faculdade por Filosofia, na de Letras (por força de uma rejeição do Direito que veio a considerar precipitada). Aí vem a conhecer a sua esposa, Luísa Ducla Soares (com quem se casa em 1964) e a destacar-se como líder estudantil na crise de 1961-1962. Mas CP dá conta do aspecto pessoal, do significado existencial destas mudanças, do Porto para Lisboa sobretudo. Cardia escreve sobre este período



como se de um sonho se tratasse, e não será necessário pedir desculpa por citar extensamente:

«Não sei em que dia de Outubro de 1959 ocorreu esse evento decisivo no curso da minha vida. Ainda hoje o recorde, como se tivesse sido esta manhã. Refiro-me à viagem que me trouxe do Porto a Lisboa. Foi um dia feliz. A cidade, a universidade, uma acrescida liberdade de movimentos, a expectativa de conhecer outras pessoas. Chegou a comover-me tamanha vitória alcançada pela minha frágil pessoa. Conseguiria manter-me por cá, obtido o canudo? Vinha por cinco anos? Estou há mais de quarenta e, não podendo já emigrar, espero morrer aqui. Lisboa fascinava portuenses velhos, maduros e jovens. Creio que tal não ocorre já hoje. Ainda bem.

Aluguei um modestíssimo quartito em pensão quase manhosa da Avenida Cinco de Outubro, muito próxima da hoje Avenida das Forças Armadas. Fiquei por lá até ao termo do primeiro período. A caminho da Faculdade de Direito, atravessava (ou ladeava) uns simpáticos rebanhos de carneiros. Mais tarde, quase uma década, foi edificada nesses locais a Biblioteca Nacional e todos os edifícios que se lhe seguiram. Em Janeiro, mudei-me para um quarto, menos lúgu-

bre, na Rua Filipe Folque. E os rebanhos ficaram abandonados para sempre.

Almoçava frequentemente numa tasquinha minúscula, na esquina da Rua dos Condes e da Rua da Sociedade de Geografia. Costumava ir a pé. E orgulhava-me de viver em cidade tão bela. O contraste entre a cidade que então era e o calamitoso amontoado terciário em que se tornou! Depois desandava para o Chiado. Visitava as livrarias, para quase ruína da generosa mesada. Com excepção dos livros proibidos, Lisboa era uma grande cidade cosmopolita no comércio livreiro: a Portugal, a Bertrand, a Sá da Costa, a Ferin e a Luso-Espanhola formavam, com a Buchholz (então na Avenida da Liberdade), um nicho de mercado de primeiro plano na oferta de livros estrangeiros: franceses, ingleses, espanhóis, alemães. E brasileiros e argentinos e mexicanos. Salazar quase não temia a cultura importada, receava — isso sim — a produção nacional de cultura. Os portugueses podiam incomodá-lo, os estrangeiros não.» (CP, pp. 19-20.)

Em Direito, onde era «o maior cábula» (CP, p. 21), travou amizade com José Augusto Seabra e dedicou-se sobretudo a relações literárias, próximas do PCP a que viria a aderir em 1961 (*maxime*, Urbano Tava-

res Rodrigues). No final do Verão de 1960 regressou a Lisboa, já para o curso de Filosofia. Aqui não termina a juventude, mas nasce já a pessoa pública de Sottomayor Cardia, autor e político. Nova forma para o que a juventude e a sua formação e oposição ao regime já indicavam.

## AS ESQUERDAS E A REVOLUÇÃO

O regresso a Lisboa para cursar Filosofia é lembrado por Sottomayor Cardia em termos que reforçam a dimensão pessoal dessa escolha:

«Regressei de férias em Outubro, entusiasmado?

Desejei viver em Lisboa. Desejei ler, conversar e escrever filosofia. Para tanto tinha de me inscrever no curso de Filosofia na Universidade de Lisboa. A frequência do curso era um desejo subsidiário ou, mais precisamente, um agradável instrumento. Um brinquedo estimado?

Nem sequer guardo recordação desse regresso a Lisboa; recorro-me sim de me ter instalado no cruzamento da Avenida de Roma e Avenida dos Estados Unidos. Deslumbrava-me com a elegância e leveza do enquadramento urbano. Apesar de, havia já sete ou oito anos, ser um adorador de Paris. Era como

se o Chiado se estivesse já transferindo para a Avenida de Roma. Talvez esta fosse já o Chiado dos jovens, não exactamente no meu caso, que o frequentava assiduamente.

O certo é que cheguei e me dei bem. Mas não sei já ordenar cronologicamente o vertiginoso conhecimento que fui tendo de tantas e tantos colegas.» (CP, pp. 22-23.)

Como CP também revela, mas isto era já do conhecimento público, desde a adolescência que o interesse de Cardia por filosofia se desenvolvia dentro dos problemas da teoria do conhecimento. Influenciado por leituras dos ensaios de Sérgio, ensinado por aquele que considerava o maior dos seus mestres, José Pecegueiro, o qual lhe deu a conhecer as suas maiores influências desses anos: Edmundo Curvelo, Sílvio Lima e Vieira de Almeida (cf. CP, pp. 12-13). Esta não é apenas uma curiosidade: nos debates de filosofia política que Cardia irá travar desde a década de 1960, sobretudo nas páginas da *Seara Nova*, o seu conhecimento e entusiasmo por epistemologia e história da filosofia destacá-lo-á face a polemistas meramente ideológicos, como veremos.

Antes disso, a sua iniciativa levou-o a conhecer um dos autores que lia, Vieira de Almeida. Já jubi-

lado, o Professor recebeu-o regularmente em casa e marcou-o de forma única («um encontro decisivo na minha vida intelectual e cívica»), pelo que em CP encontramos o seguinte relato:

«Aos setenta e três anos, nas vésperas da morte, Vieira de Almeida era um rapazinho vivíssimo e travesso, que deslumbrava pela finura de sensibilidade, pelo domínio da expressão, pelo brilho da palavra e do olhar, pela elegância da atitude, pela agilidade e rapidez da resposta, pelo prodígio da memória (longos poemas recitados de cor em várias línguas, embora não *Os Lusíadas* na íntegra, como Lindley Cintra de algum modo suspeitava e expressamente me perguntou), pela raiva (ou ódio?) a Salazar, pelo desdém das instituições, pela serena e discreta indignação com o sofrimento humano. Impossível dizer quanto me ensinou. Mas acima de tudo, recebi uma lição de efeito indelével: a de irreverência. Sim, Vieira de Almeida era mestre na difícil arte da irreverência. Irreverência lúcida, certa e contida. Acaso uma das formas superiores de ironia.» (CP, p. 20.)

Relação estreita, que fez do Mestre convidado do vigésimo aniversário do discípulo, além de prefaciador do seu primeiro livro, nunca distribuído por desentendimento entre Sottomayor Cardia e o editor já

depois de a impressão se fazer (trata-se de *Racionalismo, Consciência Metodológica*, Ed. Arcádia, Lisboa, 1963; prevê-se para breve a sua publicação pela INCM, Lisboa). A familiaridade entre os dois é reforçada por Vasco Vieira de Almeida, filho do Filósofo, no seu testemunho no volume *Liberdade sem Dogma*: «o meu relacionamento com Mário Cardia foi de certa forma triangular, na medida em que não posso dissociá-lo, afectiva e culturalmente, da figura central que meu Pai representou para os dois.» Até ao fim, Vieira de Almeida permaneceu junto do pensamento de Sottomayor Cardia — veja-se a capa de *Ética I*, título com que Cardia publicou a sua dissertação de doutoramento, com uma foto de Vieira de Almeida como ilustração.

Mas, entre as múltiplas amizades, referidas a p. 23 de CP («João Carlos Palma Passos Valente, Alberto Teixeira Ribeiro, José Medeiros Ferreira, Octávio Quintela, Maria Antónia Fiadeiro, João Medina»), e as discussões com tantos dos seus professores, desde Jorge Borges de Macedo a Manuel Antunes, passando por Délio Santos, a política sobrepôs-se à formação científica que os interesses epistemológicos do jovem Cardia recomendavam. Sem menosprezar a influência singular de Vieira de Almeida, foi essa

influência colectiva que levou Cardia a um destino próprio, político e desde logo associativo. Cardia recorda-o com razoável pormenor: «Se não erro, foi em 1961, no dia comemorativo da ‘tomada da Bastilha’ — um episódio ocorrido em [em branco no original] —, que, pela primeira vez na qualidade de estudante ‘associativo’, me meti num autocarro até Coimbra. Foi esse o meu primeiro contacto com bandeiras musicais de resistência, canções que, por vezes e quando reunidos, os democratas afinavam e desafinavam desde 1945: letras de Carlos de Oliveira e José Gomes Ferreira; música de Fernando Lopes-Graça. Gostei.» (CP, p. 25.) Mas em Letras não havia Associação de Estudantes, só Comissão Pró-Associação: «Fui eleito director da revista da Comissão Pró-Associação dos estudantes da Faculdade. O primeiro número saiu em Maio de 1961. Título: *Graça*. Além do meu nome, apareceram os de quatro outros colegas, constituindo uma comissão de redacção: Fiama Hasse Pais Brandão (que inventou o título da publicação), Gastão Cruz, Luiza Neto Jorge e João Paulo Monteiro. Ou seja: três poetas do grupo Poesia 61 e um quintanista de filosofia, futuro especialista em David Hume.» (*Ibid.*) Recorrendo ainda a mais um testemunho em sua homenagem, de Gas-



tão Cruz, que aliás como que prolonga observações de Mário Cláudio, vê-se como a sua rápida proeminência não se devia a representar o estudante médio mas algo bem diferente: «Nas relações pessoais era de uma grande deferência e gentileza, o que caracterizava, às vezes, um comportamento porventura menos comum entre as pessoas da sua idade, jovens de vinte anos, que tendiam antes para alguma irreverência e um menor formalismo. Ele parecia, de algum modo, uma figura de outra época, nesta se inserindo, todavia, pela agudeza do seu espírito crítico e pela capacidade de rapidamente captar o essencial duma circunstância e reagir em conformidade. Mostrava-se pouco emotivo (mas quem sabe se se tratava somente duma aparência), tudo submetendo à primazia do raciocínio e à frieza da lógica.» Em 1962, as greves estudantis em que se distingue: «Foram numerosas as reuniões de grevistas de Lisboa. Sempre muito frequentadas. As mais importantes realizaram-se no Estádio Universitário. Não me recordo como arranjei voz para discursar, de tão alto, a tão vasto auditório» (CP, p. 27), acabando por ser um dos alunos expulsos da Universidade de Lisboa e continuando a licenciatura em Coimbra (após um mês de Sorbonne, por sugestão paterna sob pressão da

PIDE, durante o qual conhece Joaquim Barradas de Carvalho, Maria Stella Piteira Santos, Jorge Reis, Maria Lamas, António José Saraiva, entre outros). Só em 1968 terminará o curso, de novo em Lisboa. Ao regressar de Paris, entretanto, aderira ao PCP, motivado por um sentimento intelectualizado, isto é, a solidariedade com uma luta clandestina a motivar uma integração num PC leninista sem ser sequer verdadeiramente marxista. Isto o escreve em CP, p. 29, onde acrescenta: «Creio que a organização ao tempo estava bastante enfraquecida em consequência de prisões recentes. Foi-me dito que, sendo estudante, estava a aderir ao sector estudantil, mas que seria transferido para o sector intelectual. O que, se não erro, demorou três ou quatro anos. Em todo o caso, não tive ‘controleiro’, nem pertenci a qualquer ‘célula’, pelo menos, até 1966. Passei então a ser controlado por uma figura de quem guardo grata recordação assim no plano humano como no político: Ângelo Veloso. Depois foi a vez de ter de me entender com Pedro Ramos de Almeida, intelectualmente brilhante e politicamente sectário. Nunca pertenci a qualquer ‘célula’. Desvinculei-me em 1971.» E, de imediato, a questão passa a ser intelectual, em torno do materialismo histórico-dialéctico que dominava muito

melhor que a maioria dos seus camaradas. De novo, vale a pena apreciar as diferenças com a ladainha comum da perda da fé comunista, e a lição de filosofia associada:

«E a filosofia? O marxismo? Ateu (mais tarde não religioso) com certeza. Materialista histórico, sem dificuldade de maior. Materialista dialético de qualquer outro ismo — nunca.

Empenhei-me em assimilar e tentar reformar o marxismo, aceitando o essencial do materialismo histórico mas recusando totalmente o materialismo dialético. Os escritos publicados entre 1963 e 1974 dão conta de tais balizas.

Orgulho-me de ter aderido ao Partido Comunista clandestino. Embora, ao tempo, o marxismo tivesse um enorme prestígio e o marxismo fosse constitutivo da ideologia comunista na sua versão menos desrazoável, custa-me a admitir que quis ser marxista e várias pessoas ao tempo afirmaram que eu o não era. É certo que, desde a adesão ao partido, me propus reformular a filosofia partidária. Penso hoje que mergulhei num eclectismo instável que procurava conciliar o idealismo (gnosiológico, epistemológico e voluntarista no domínio da moral cívica), o sociologismo (materialismo histórico) e a convicção de que

inexiste tensão entre justiça e eficácia (ou seja, a tese de que quanto mais justo mais inigualitário). Suponho que isso me prejudicou no plano intelectual porque me reteve no terreno da metafísica. Cheguei a projectar escrever ao longo de três décadas um livro intitulado ‘ser e poder’. Hoje tenho por evidente que, só quando me libertei do projecto marxista, rompi (pela segunda vez) com a metafísica.» (CP, p. 30.)

«Combates Passados» inclui ainda várias páginas em que ponto por ponto Cardia analisa o que o separava dos diversos comunismos de então. Num estudo mais longo, sobre Cardia ou sobre o comunismo em Portugal (e não só), merecem consideração. Uma aproximação a esse universo, pelo seu lado associativo, afinal aquele pelo qual se fez a entrada de Cardia nele, encontra-se no volume de homenagem, no estudo de Daniel Melo, no qual as ligações entre este percurso académico-cívico e a actividade política e profissional resultam bem claras, sobretudo desde o momento (1963) em que Cardia abandona a recém-criada revista *O Tempo e o Modo* para se juntar à *Seara Nova*: «Cardia tornou-se seareiro em múltiplos sentidos: foi seu funcionário (redactor: 1963-1974; chefe de redacção: 1968-1974), mas também pensador, organizador, polemizador e dinamizador.» Com

efeito, a *Seara* deste período confunde-se em muito com Cardia, o seu mais brilhante intelectual, que nestes anos até ao 25 de Abril de 1974 foi publicando obra própria: organiza e prefacia os volumes *O Progresso* (Lisboa, Presença, 1965), *Os Direitos do Homem* (Lisboa, Seara Nova, 1968), *Seara Nova. Antologia* (Lisboa, Seara Nova, 2 vols., 1971-1972), além de escrever os opúsculos *O Dilema da Política Portuguesa*, Lisboa, Prelo, 1971 (imediatamente apreendido), *Sobre o Antimarxismo Contestatário: ou as Infelicidades de um Jdanovista Ofuscado pelo Neocapitalismo* (Lisboa, Seara Nova, 1972), e em 1973, *Por uma Democracia Anticapitalista* (Lisboa, Seara Nova, imediatamente apreendido, que Cardia refere como manifesto informal do PS em CP, p. 49). De todos, o mais consensual será a antologia (aliás, com mais volumes previstos) da *Seara*, que Cardia organizou como uma propedêutica para a liberdade democrática, nada marxista-leninista; o mais polémico, sem dúvida o opúsculo do mesmo ano, em que o jdanovista visado é António José Saraiva, autor de *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*. Entre toda a polémica em torno deste livro, o ensaio de Cardia, com vários pontos de contacto com aquilo que ia publicando na *Seara*, é o mais relevante elemento.

Isso mesmo confirma-o Miguel Real no seu texto para o volume de homenagem que temos vindo a referir, o qual sintetiza as posições dos antagonistas. No conjunto, Cardia era uma eminência nada parda, como relembra o seu então jovem colega de redacção António Reis na sua contribuição para o volume de homenagem que estamos a usar: «Não mais esquecerei o seu permanente magistério político nessas longas tardes de 1970 a 1974. A propósito de um artigo ou de um livro, de um discurso de Caetano ou de um acontecimento político, Cardia dava-me uma aula, que infelizmente não podia ser transcrita para as páginas da revista. E nas reuniões semanais com o conselho redactorial e o director, primeiro Abelaira e depois Rodrigues Lapa, naturalmente pontificava, às vezes para irritação de alguns de nós que não suportavam a sua proverbial teimosia...» Essa teimosia não se perdeu, e até ao fim dos seus dias não mudou muito de opinião sobre aqueles «esquerdistas» que já na década de 1960 combatia. Este trecho de CP (p. 40) é elucidativo e explica muito do que virá a suceder mais tarde, e não só na década de 1990: «Há conjunções astrais que impelem pessoas altamente capacitadas a evitar riscos políticos sob ditadura. Raramente os corajosos são inteli-

gentes. É justo que passem à história como os ‘vencedores da vida’ da geração de 1962. Sem uma dissidência, mantêm-se unidos e coesos há quatro décadas, evoluindo ideologicamente sempre todos no mesmo sentido e ao mesmo tempo. A história do grupo é importante para a compreensão da derrapagem da revolução logo após Abril e indispensável para entender a política portuguesa nos anos 90.»

Preso várias vezes pela PIDE, espancado em 1972 até perder a visão durante dois meses (episódio que descreve em *O Dilema da Política Portuguesa*), Cardia é já amplamente conhecido pela sua coragem cívica, tanto quanto intelectual. Os anos de polémicas seareiras, como em 1971 em torno do «ulianovismo» (leninismo), demonstram como mesmo para os leitores da *Seara* (pelo menos os mais atentos), o seu comunismo era muito heterodoxo, não se eximindo a críticas aos «textos sagrados» que mais ninguém dentro do PCP fazia. Nesses textos vemo-lo em pleno domínio filosófico das armas teóricas habitualmente reduzidas a instrumentos ideológicos, não se deixando impressionar com dialécticas metafísicas e pensando, em muitos «noticiários críticos», e ainda noutras secções da revista, em problemas que ainda hoje são debatidos: desde a influência da tecnologia

na vida quotidiana à terciarização da economia (e da exploração do trabalho), passando pela reforma das instituições (do ensino em particular), a escrita e a actividade de Cardia são incessantes. Nunca acreditou na liberalização do Estado Novo como saída da ditadura para a democracia (embora se desse bem com os membros da Ala Liberal), não combateu em África, desde logo por dispensa de serviço militar (motivos de saúde), não se exilou nem optou pela clandestinidade. Era, coisa raríssima, alguém autónomo, tanto intelectual como politicamente, na cena política oposicionista do estertor do marcelismo. Conhecia as várias Esquerdas e não se limitava a nenhuma delas. O alegado ortodoxo marxista, que nunca fora por motivos epistemológicos claros se atendermos às suas principais influências, sempre fizera uso de uma linguagem que dominava exemplarmente mas com propósitos tácticos (apoio à luta contra o Estado Novo) e fins sobretudo polémicos: não espanta que na polémica do «ulianovismo» tenha sido tratado como um revisionista por verdadeiros ortodoxos, nem que, ao polemizar com Saraiva, não tenha invocado textos fundadores do marxismo-leninismo mas aqueles que eram os autores mais originais e heterodoxos do marxismo.



Sem espanto, mas com relevo, saiu do PCP, sem por isso se isolar, e depois aderiu ao PS, pouco tempo após a sua fundação, ainda corria 1973. Citemos de novo:

«Abelaira propôs-me que a direcção da *Seara Nova* passasse para as minhas mãos, visto que os tempos eram outros, e que eu é que era desde 1968 o verdadeiro director. Ele manter-se-ia na redacção como qualquer outro. Acrescentou que não queria que José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira, João José Cochofel — uma das tertúlias do Monumental — o acusassem de ter entregue a *Seara Nova* aos comunistas. Ele não entregava a *Seara Nova* aos comunistas — entregara-a a mim. Que sabia ser membro do partido. Mas inspirava essa confiança. Todos os não comunistas votaram por mim. Todos os comunistas votaram contra mim.

Expliquei a Fernando Correia, ao tempo intermediário entre o partido e eu próprio, que aceitava ser minoritário mas não admitia ser discriminado. E em jeito de aditamento e como conclusão metafórica, acrescentei ‘Eu não sou o vosso Veiga Simão’. Estava longe de conhecer o destino de algum modo cruzado de Veiga Simão e de eu próprio — ele o revolucionário, eu o futuro regenerador —, e a ami-

zade que entre nós viria a nascer uns anos mais tarde. Por consequência, eu saía formalmente do Partido Comunista. Não sei precisar o mês. Corria a segunda metade do ano de 1972.

Dos nove anos em que estive comprometido (tendo sido efectivamente militante? Ou quase dirigente? Ou efectivamente dirigente?) com o PCP, guardo recordação de nobre camaradagem com amigos (que focaram), a noção de que me dispensaram um respeito porventura muito especial (porquê? Pelas boas recordações que tinha com os principais deputados da ‘ala liberal’?). Personalizando, sublinho a enorme admiração moral por Ângelo Veloso, as ‘bulhas sem fim’ com Pedro Ramos de Almeida, a correcção de trato e ductilidade de decisão de Álvaro Cunhal e, acima do relacionamento com todos estes, a sintonia (ideológica ou só de tipo de mentalidade?) com Joaquim Barradas de Carvalho. Só me recordo de dois comunistas que romperam comigo nos anos 75 e seguintes: o poeta Armindo Rodrigues e o professor Herman Pflügger.

Decidi abandonar a política.

[...]

Uns meses depois recusei, em Aveiro, uma tentativa de reconsideração. Meses mais tarde, Urbano

Tavares Rodrigues informou-me, em nome do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista que os votos contra a minha eleição não tinham resultado de qualquer directiva partidária do Partido Comunista, mas do critério de opositores à minha acção na CDE de Lisboa. Acrescentando que, não obstante o mal-entendido, o meu lugar continuaria a ser meu.» (CP, p. 47.)

Tal como a política o procurava, também Cardia não chegou a abdicar dela, e o modo como relata o seu aproximar-se à ASP e ao PS mostra-o:

«Em finais de Março ou princípios de Abril de 1973, encontrei-me em Madrid com Mário Soares e Manuel Tito de Morais, sem contudo me ter então comprometido. Com António Reis tinha constituído um pequeno grupo de resistentes destacados a negociarem efectivamente a adesão do grupo ao partido em formação.

Após a reunião formalmente fundadora do PS, na RFA, em que não quis participar (argumentando tratar-se ainda de uma reunião do ASP), Cardia novamente se deslocou, com Pedro Coelho, então secretário-geral-adjunto do partido, a Madrid, para outro encontro com Mário Soares, tendo então sido constituída a primeira direcção do partido, após prolon-

gada troca de impressões entre ambos. Tornou-se membro do Secretariado Nacional do PS (que frequentemente se reuniria em sua casa), e da Comissão Directiva da Comissão Política (que se reuniria duas ou três vezes no escritório de Vasco da Gama Fernandes).

Foi o único redactor da versão de 1973 da *Declaração de Princípios*. Uma satisfatória análise desse texto supõe cotejo com análoga declaração da ASP de 1970, que adaptei tornando menos esquerdista o seu teor. Tive papel destacado na elaboração do Programa do PS, entre Maio e Setembro, embora me não caiba especial responsabilidade na orientação de conjunto. O que em 1973 ocorreu entre os socialistas portugueses foi um consenso invulgar. O texto seria definitivamente aprovado em Setembro, na Fondation Léo Lagrange em Paris.» (CP, p. 48 — o uso da terceira pessoa é uma das marcas do estado de projecto de CP, e nem sequer a mais contrária à sua publicação.)

A revolução, pouco tempo depois, fez que fosse escolhido para funções políticas da maior importância no PS, a nível doutrinário, de comunicação pública e de luta parlamentar. Um seu companheiro dessa época, José Leitão, recorda-o ao escrever no volume

de homenagem como um dos políticos mais influentes no Partido Socialista de então: «Mário Sottomayor Cardia foi um dos mais influentes dirigentes socialistas em 25 de Abril de 1974, tendo contribuído de forma decisiva para a autonomização eleitoral do PS no pós-25 de Abril e impedido que tivesse sucesso a estratégia que pretendia levar o PS e o PPD a apresentarem-se às eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, em listas conjuntas sobre a sigla do MDP/CDE.» Multiplicava também convites para adesões ao PS: «Pessoas que convidei para o Partido Socialista: António Reis, Francisco Marcelo Curto, Ernesto Melo Antunes (que naturalmente não confirmou adesão após o 25 de Abril), Armando Bacelar, António Lopes Cardoso, Frei Bento Domingues (que naturalmente não saiu da clandestinidade). E César de Oliveira (que só aderiria muito mais tarde).» (CP, p. 63.)

Chegada a Assembleia Constituinte, Cardia destaca-se enquanto parlamentar. Eis as suas notas em CP:

«Deputado à Assembleia Constituinte, quase impôs à última hora, na Comissão de Sistematização, o acolhimento da distinção entre direitos, liberdades e garantias por um lado e direitos económicos, sociais e culturais por outro. É o autor do artigo que proíbe

o dirigismo cultural. E obteve difícil solução de compromisso para a questão do ensino privado, cuja extinção o projecto socialista propunha, evitando assim o eclodir de uma questão religiosa, desejada por numerosos sequazes do lado confessional. Designadamente em relação à formulação de direitos sociais, conseguiu obter fórmulas de problemático alcance interpretativo para substituir (indesejadas) propostas de sentido inequívoco. Negociou, com um grupo de deputados dissidentes do PSD, a norma que criou a figura da investidura tácita dos governos, embora não especialmente para prosseguir os objectivos partidários pretendidos. Com Miller Guerra, redigiu o preâmbulo da Constituição, que releva de uma ideologia económica, e mesmo política, diferente do texto constitucional.

Do que disse na Assembleia Constituinte, foram notadas as sucessivas e contundentes diatribes contra os poderes militares dominantes. Várias vezes o Conselho da Revolução apreciou propostas de prisão de deputado tão agressivamente civilista. (Ramalho Eanes informou-me que tais propostas constam das actas, bem como a defesa que de mim fez Melo Antunes.)

Em 7 de Novembro de 1975 propôs a rescisão do pacto MFA/Partidos. Para suprimir os eleitores militares do colégio eleitoral para a Presidência da República, propôs o princípio da eleição directa. Fora a conclusão lógica da luta do deputado que mais frontalmente combateu todo e qualquer projecto de poder militar. Talvez por isso Marcelo Rebelo de Sousa (2000, 2.º volume, p. 1020) escreveu ter sido S. C. ‘porventura o melhor constituinte, em termos de intervenções de pura política’. Às 15.20 h de 25 de Novembro induziu a A. C. a aprovar uma moção condenatória da rebelião em curso contra a ‘legalidade democrática’ [os seus discursos sobre o tema militar em Novembro e Dezembro, bem como os de António Reis e Jaime Gama, foram reunidos em *Forças Armadas e Democracia* (1976)].

De Janeiro a Abril de 1976 procurou esboçar uma teorização do papel do ‘equilíbrio’ na política de construção da democracia. E avisou das dificuldades que esperavam o governo de responsabilidade socialista. Preferiu aliás que estas tivessem sido partilhadas. Insistiu, de forma extrema, na incompatibilidade entre o projecto do PS e o do PCP.» (P. 68.)

Neste trecho Cardia refere o segundo volume de *A Revolução e o Nascimento do PPD*, de Marcelo

Rebello de Sousa. O mesmo que, pouco depois, observa não ter sido o único a apreciar as qualidades de Cardia na Assembleia Constituinte:

«Sottomayor Cardia é interrompido com apoios e aplausos 20 vezes e 7 por apupos ou protestos.

No final, é aplaudido, durante mais de 5 minutos, de pé, por PS, PPD e CDS.

Único aparte registado — o de Manuel Gusmão, do PCP, sobre a transferência de poder, de Lisboa, para outro ponto do território: ‘Isso não é sedição?’ Resposta, como quase sempre calma, de Cardia: ‘Não, Sr. Deputado, isto não é sedição, isto é assegurar o respeito pela vigência do curso democrático’.» (P. 1022.)

Mário Sottomayor Cardia havia desafiado Costa Gomes, já Presidente da República, a limitar os desmandos de Fabião e Otelo. Foi apenas uma das várias vitórias desse período em que Cardia foi decisivo. Mas Sottomayor Cardia lembra outras:

«A vitória do PS na questão do regime eleitoral foi, em termos sobretudo imediatos mas também prospectivos, o primeiro grande feito polémico do PS. O segundo seria a reacção à provisória derrota na questão da ‘unicidade’ sindical. Em ambos os conflitos, estava em causa a chamada ‘unidade’. Não pro-



tegida entre partidos mas imposta aos sindicatos. (Impossível saber o que teria acontecido se a questão do MDP não tivesse sido tão prematuramente suscitada.) Em todo o caso afigura-se que a inesperada vitória de finais de Agosto de 1974 e a explosiva derrota de Janeiro de 1975 funcionaram como os dois grandes momentos de hostilidade entre PS e PCP antes do Verão quente. Assim se exemplifica também que as derrotas, quando há um Zenha para as contestar, podem ser mais mobilizadoras do que as vitórias. Creio que, em qualquer caso, uma vitória definitiva é sempre menos histórica do que uma derrota clamorosamente injusta, mesmo não reversível. Até porque uma derrota escandalosa mais facilmente dá azo a um grande comício de protesto contra a lei iníqua do que qualquer vitória a alguma visível celebração de comprazimento pela obtenção de uma solução desejada.» (CP, p. 72.)

Nunca mudou: ganhar nos termos errados é perder; perder nos termos certos pode vir a ser uma vitória. Naturalmente, quem pensa a política assim não teme o confronto; também naturalmente, não é apreciado muito tempo.

### 3

## A POLÍTICA E A OBRA

Eleito deputado nas primeiras eleições sob a nova Constituição, Sottomayor Cardia integrou os dois primeiros governos do PS, sob a liderança de Mário Soares, como ministro da Educação. Como até há poucos anos, o cargo incluía o ensino superior, a cultura, a ciência e, como se tudo isto não bastasse para o tornar ainda mais desgastante do que ainda hoje é, o período em que Cardia o exerceu foi extravagantemente agitado. No volume de homenagem são vários que o recordam nessas funções, e de diversas perspectivas: a dos estudantes empenhados na vida associativa (José Castelo) e a dos professores integrados na vida académica desde o período pré-revolucionário (Jorge Miranda). Citemos um pouco do testemunho deste últi-

mo, que o conheceu enquanto colega no primeiro ano de Direito:

«Nos dois primeiros Governos constitucionais, de 1976-1978, foi Cardia ministro da Educação, um grande ministro da Educação, que soube abrir caminho ao retorno das escolas à vida académica normal, com total garantia da liberdade e do pluralismo. Isso faz-se sentir, muito em particular, nas Universidades.»

Não é preciso concordar com a imagem da Universidade portuguesa como totalmente garantida em termos de liberdade e pluralismo, e menos ainda com a defesa da manutenção do modelo que Cardia implantou na altura para os dias de hoje (e para o futuro) para se reconhecer o essencial: com apenas 35 anos, Cardia agiu decisivamente no sentido de recuperar as instituições educativas e sobretudo universitárias, científicas, culturais. Depois das assembleias com votação de braço no ar sobre a aprovação ou reprovação dos alunos pelos próprios, depois dos saneamentos e dos saques, a acção do jovem ministro foi contundente e ainda hoje é recordada como uma espécie de contraponto da sua reconhecida (já se viu que abusivamente) ortodoxia comunista da década anterior.

Assim, além da reabertura em boa ordem das instituições e determinação dos novos modelos de direcção até hoje, no essencial, em vigor, Cardia foi autor de muitas outras decisões duradouras: indiferente às pressões da rua e aos *slogans* do «Cardia que ardeu», nessas lutas fez algumas das suas melhores intervenções, como o discurso justificativo do encerramento da Universidade de Coimbra durante seis semanas, e fez questão de se deslocar à baixa da cidade para demonstrar a sua capacidade de iniciativa; criou o ano propedêutico (hoje 12.º ano); institucionalizou as ciências sociais na Universidade portuguesa; contribuiu decisivamente para a criação das chamadas «universidades novas»; foi um firme apoiante do ensino politécnico, cuja desvirtuação em subuniversidades veio a deplorar. No meio de toda esta actividade e tensão, a sua figura frágil com óculos imensos, a permanente atenção aos pormenores (até à pontuação nos textos dos decretos-leis) entraram para o anedotário nacional numa forma invulgar mas apropriada, a da curiosidade pelo raro.

Em «Combates Passados», anota:

«Não obstante os vastíssimos apoios de que o ministro dispôs, conduziu-se, desde cedo, no pressuposto de que os beneficiários de uma decisão pública

são, em regra, menos activos na defesa dela do que os lesados, ou simples descontentes, na respectiva contestação. Em dois anos, travou uma boa dúzia de grandes batalhas de êxito problemático. Preparava-se antecipadamente para a hipótese de as perder. Teve a sorte de vencer sempre, sem necessidade de recuo e falando o mínimo. Convenceu-se que todos podiam (e deviam) governar de maneira análoga em todos os sectores e em todos os tempos. (Só bastante mais tarde, compreendeu que tal voluntarismo nem sempre é exigível e sobretudo exequível.) Também aprendeu a amar e ser amado e odiado, embora sem desdém de ser temido.» (Pp. 77-78.)

O testemunho de Maria Emília Melo no volume de homenagem articula expressivamente essa sua actividade no Ministério com a sua personalidade e restante acção política. A propósito de um problema burocrático com a colocação de professores (contos largos, estes...), que resolvera, a sua amiga e colega de partido lembra:

«Depois de tudo esclarecido disse ao Cardia que existia um grupo de deputados disposto a apoiá-lo mas que ele deveria ir ao Grupo Parlamentar confrontar quem, por ciúmes, lhe estava a minar o terreno. Ele olhou para mim com uma expressão que

lhe era muito característica, mistura de espanto e ingenuidade, e disse que só iria se fosse chamado a fazê-lo pois quem tinha o direito de interpelar era o deputado e não o ministro.»

Quem conheceu Cardia sabe bem qual era aquela expressão e que atitude exprimia. E igualmente não se surpreende com outro episódio relatado por Maria Emília Melo:

«O Cardia era também um exemplo de lealdade. No 3.º Congresso do PS, quando me preparava para ir jantar com um grupo de congressistas do Porto, o Cardia veio falar comigo e eu vi que ele estava bastante preocupado; desmarquei o jantar para onde me dirigia e fui jantar com ele. Contou-me então que tinha assistido a uma conversa em que alguns dirigentes discutiam a composição das listas para a eleição dos futuros órgãos do partido de forma a afastar o maior número possível de elementos que eles achavam serem apoiantes incondicionais de Mário Soares. Dizia-me o Cardia *'estão a trair o Mário Soares'*.

O assunto acabou por se resolver mas percebi que ele estava bastante perturbado. Acho que foi a única vez que o vi irritado.»

Fácil é acreditar, em treze anos de contactos pessoais nunca o vi irritado. Já um outro episódio (numa

reunião da Comissão Nacional do PS), ainda reportando-nos a este testemunho do volume de homenagem, é característico:

«Após ouvirmos algumas intervenções que começavam com uma afirmação do tipo ‘Nós que somos de esquerda’ — dando a entender que quem não comungava daqueles entusiasmos era de direita — eu comentei com o Cardia *‘qualquer dia, quando quisermos saber onde pára esta gente bem temos que olhar para a nossa direita’* ao que ele retorquiu *‘estás enganada, já estás a olhar para a tua direita’*. Só com grande esforço consegui conter uma gargalhada. Mais tarde, quando apareceu a famosa ‘3.<sup>a</sup> via’, lembrei-lhe a nossa conversa e divertimo-nos bastante ao cotejar as afirmações que tínhamos testemunhado com as que as mesmas pessoas passaram a produzir.»

Cardia *vintage*. Mas embora os exemplos desta inteligência e ironia sejam muitos, e fáceis de encontrar, nos seus escritos, neste período de exercício do poder político, no PS e no Governo, a sua acção pauta-se não pelo exibicionismo mas pela actividade de efeitos a longo prazo, como foi referido. O «sucesso mediático», como hoje se diria, era um acrescento não procurado. E não poupava o desgaste.

Cardia saiu do Governo, saiu da Assembleia (à qual voltaria, no entanto), deixou os cargos directivos no PS. Na transição da década de 1970 para a de 1980, de certo modo cansara-se da política, ou de algo nela. Sem espanto, foi nesse momento que escreveu e, depois de uma revisão, publicou *Socialismo sem Dogma*, livro que, além dos méritos teóricos, ajuda a compreender muita coisa no seu percurso partidário. A ideia, de 1980, de retirar a referência a Marx do Programa do PS (rejeitada nessa altura) não era de modo algum accidental.

O «Diário» de 1982, breve e irregular como é, fornece algumas pistas úteis para determinar a sua disposição na altura. Sem fito de publicação, pensado como um registo do que se passa, o tom é ainda assim reconhecível como o celebrado «racionalismo» de Cardia. «Racionalismo» permite aos que não as possuem evitar dizer «inteligência e honestidade»... Mesmo sem ser uma fonte tão rica como o esboço de «Combates Passados», serve como prova da clareza de projectos na sua mente para essa década e a seguinte:

«A minha grande ambição pessoal (a única, no fundo) é escrever ‘Introdução a uma filosofia da linguagem’, ‘análise da linguagem moral’, ‘análise da lin-



guagem política' (e depois desenvolver o que aí esquematicamente se conterà). E naturalmente 'o que é a democracia?', uma versão revista do 'socialismo sem dogma', etc. Talvez uma 'introdução à filosofia política». Tudo em esqueleto em outros *dossiers* que [em] pensamento desde há anos se vão organizando. Além de projectos monográficos, também gizados, em especial o relativo à obra de António Sérgio — mas só um pouco secundariamente.» [«Diário» (manuscrito), p. 3.]

Deste plano, aliás várias vezes reiterado, o que fará?

A monografia sobre Sérgio, inicialmente desenvolvida como dissertação de doutoramento, será reconvertida em longo artigo, ainda hoje referência na matéria, publicado na revista *Cultura* (trata-se de «O pensamento filosófico do jovem Sérgio», publicado na revista *Cultura*, vol. 1, Lisboa, UNL-CHC, 1982).

Como dissertação de doutoramento, elaborada na década de 1980 mas defendida só no início da década seguinte (ver o próximo capítulo), realizará aquele que é o seu trabalho mais extenso, *Ética I* (versão revista da «análise da linguagem moral»; o «I» refere-se ao projecto dos quatro livros).

A «Introdução a uma filosofia da linguagem» nunca conhecerá mais do que projectos e artigos dispersos.

A «análise da linguagem política» será abandonada, a menos que entendamos o seu projecto de «máximas» (ver o próximo capítulo) como uma realização sob nova forma.

Os projectos relativos à democracia e à filosofia política, tal como outros em que posteriormente veio a pensar, foram sempre apenas isso, projectos.

A revisão do *Socialismo sem Dogma*, nunca a fez. Isso explicará ao menos em parte a simpatia no final da década de 1990 por «movimentos» de extrema-esquerda, como acontece aliás com o prefaciador desse livro. Como tal revisão também não tem aqui cabimento (embora noutro lugar seja urgente fazê-la), detenhamo-nos em *Socialismo sem Dogma*, escrito em 1978-1979, revisto em 1981 e publicado (pelas Publicações Europa-América) em 1982.

É talvez a obra mais conseguida de Cardia. Não tem, como é natural, a extensão, a riqueza analítica e a perenidade do seu doutoramento, nem é sequer o tipo de ensaio que propicie tais elementos. Não obstante, encontramos-os também nele, nas suas páginas mais teóricas (que, como escreve no prefácio Mário Soares, tornam o livro de leitura «difícil»).

Por outro lado, o seu fito, sendo polémico, já se cumpre através de uma forma mais genérica do que as críticas a António José Saraiva ou as ferroadas mais ou menos cifradas ao Estado Novo dos seus opúsculos dos anos 60 e 70. Claro, conciso, forte de experiência própria, teórica e política, matizado por observações sérias marcadas por um humor dado ao paroxismo, *Socialismo sem Dogma* resistiu muito bem à passagem do tempo — e ao passamento dos regimes de socialismo dogmático...

Resumindo bastante, podemos dizer que este ensaio (o melhor sobre o tema do socialismo até hoje escrito em Portugal) desloca a questão do socialismo da ideologia partidária para o critério (ético) da acção política. Como «projecto de sociedade» (p. 23) que é, não se reduz a uma única doutrina ideológica nem se pode permitir ver-se reduzido a um dogma aceite acriticamente. Não havendo um modelo de socialismo a imitar (cf. *ibid.*), «o projecto socialista é a explicitação da coerência própria de um conjunto de transformações estruturais da vida social» (p. 25). Nesta, interessa-se prioritariamente pelo «modo de concorrência social entre as pessoas» (p. 26); reconhecendo isto, interessa-se no entanto pela educação para a solidariedade social sem a qual a concorrên-

cia se torna socialmente nociva: «eis o objectivo mais genérico e também mais ousado do socialismo» (p. 27). Isto transporta-nos ao domínio da justiça social, que decompõe em três pontos (cf. p. 28) para concluir:

«O valor da justiça social, menos vago do que o de solidariedade e mais próximo da acção política, é a grande e distintiva bandeira do socialismo. Na verdade, a justiça social não pode, coerentemente, ser transformada em valor contemplado do ponto de vista da intemporalidade; é uma ideia e uma força que adquire inspiração e vigor na acção concertada dos que sofrem a injustiça contra os que a praticam ou dela beneficiam ou, mais precisamente, contra os factores dessa injustiça.» (P. 29.)

Para que a concorrência seja viável, isto é, não prescindida da solidariedade e promova a justiça social, a prosperidade é indispensável (cf. pp. 29-30). Para que estes vínculos sejam possíveis e reais, necessária é a liberdade (cujos vários sentidos distingue, apenas analiticamente, para melhor reforçar a sua necessária conjugação — cf. pp. 30-32). A liberdade não dispensa a segurança, enquanto sua condição de possibilidade (cf. pp. 32-33), mas Cardia não perde de vista nunca nem a história do socialismo

nem a ordem valorativa necessária à interpretação que propõe. Assim:

«O projecto socialista partilha com a tradição individualista liberal a vontade de garantir a segurança das pessoas e das nações; com a democracia radical, a preocupação de defender e aprofundar a liberdade dos cidadãos; com o princípio da economia de mercado, o estímulo ao crescimento da prosperidade económica.» (P. 34.)

E, pouco depois:

«Dispomos assim de um horizonte para situar os objectivos essenciais do socialismo. Em síntese, do mais elementar ao mais ambicioso: segurança, liberdade, prosperidade, justiça social, solidariedade. É esse o critério socialista.» (*Ibid.*)

Falando ainda num plano de grande generalidade, Cardia avança no reconhecimento de uma polémica clássica, a da igualdade. «A especificidade do socialismo é a vontade de realizar a igualdade entre os homens.» (P. 35.) Se até aqui as críticas aos modelos dogmáticos de socialismo haviam sido epistemológicas (o determinismo do materialismo histórico-dialéctico), adquirem agora uma faceta menos neutral, defendendo uma visão progressista típica de Esquerda, e de caminho desobstruindo alguns lugares-

-comuns (até hoje, tristemente) sobre o tema da desigualdade em Rousseau (cf. pp. 37-38). A sua leitura do contributo socialista para este debate é colocada (cf. pp. 42 e segs.) na «ênfase posta na acção empenhada em promover a igualdade de oportunidades». E por aqui se distinguem os dois socialismos que estão no âmago do livro. Deixando para notas marginais o «terceiro-mundismo», o modelo jugoslavo, o maoísmo, etc., Cardia pensa na oposição entre o modelo soviético de socialismo e o modelo ocidental, dito social-democrata. O primeiro é o socialismo colectivista; o segundo, o socialismo de distribuição. Diferenciando o capitalismo do seu entendimento comum na Esquerda (como categoria económico-jurídica) e privilegiando o seu entendimento como categoria económico-política (cf. p. 49), Cardia nota como o dito «socialismo real» dos soviéticos é uma forma de capitalismo (de Estado), na linha do que Raymond Aron já fizera, aliás. Quando a promoção da justiça social e da solidariedade são subordinadas a outros fins, seja no modelo liberal dos EUA seja no modelo estatal soviético, não há socialismo. Quando o Estado intervém politicamente no mercado no sentido de promover esses valores, de forma democrática e limitada, pratica-se um outro socialis-

mo que não só dispensa como evita a colectivização — o socialismo de distribuição. Estes socialismos são antagónicos (cf. pp. 50 e segs.), globalmente incompatíveis (cf. pp. 53 e segs.), e nem o «eurocomunismo» nem uma colectivização democrática resolvem esta oposição (cf. pp. 55-57).

(A extensa nota de rodapé das pp. 57-58 merece, como bem refere no prefácio Mário Soares, atenção: nela Cardia explica a evolução, aliás escassa a não ser na explicitação pública, das suas posições políticas; e concebe essa evolução sob o signo de um progresso pessoal — de que o *Socialismo sem Dogma* é, quanto a nós, a obra mais representativa.)

Vendo no mundo contemporâneo uma intervenção do Estado na economia mesmo nos países mais liberais, Cardia entende que o socialismo beneficia para a sua realização em limitar a intervenção do Estado «ao mínimo necessário à promoção e protecção do interesse público e a esfera de acção dos cidadãos deve ser máxima em tudo o que não seja nocivo à sociedade» (p. 69). O caso português, a partir de 1975, não foi este e, portanto, «o nosso avanço foi unicamente um avanço colectivista, nunca um avanço socialista» (p. 71). O género de intervenção estatal na economia que Cardia advoga é portanto aquilo

que caracteriza a social-democracia do Norte da Europa (cf. pp. 76-77). Como nos seus tempos da *Seara*, defende as apostas tecnológicas e não as apostas em ideologias totalitárias como boas apostas de progresso, «que contribuem para colocar a economia ao serviço do combate à injustiça» (p. 87). Contra o totalitarismo leninista, pela segurança, pela liberdade em democracia e pelo respeito da prosperidade (cf. p. 94), Cardia pensa na relação entre democracia e socialismo em termos eminentemente práticos, e nem por isso menos éticos: «Que aliados são em princípio mais convenientes às forças socialistas reformistas?» (P. 114.) E responde: o centro-esquerda, vulgo social-democracia (cf. pp. 114-118). Explorando o caso português e do sucesso, então único do socialismo sobre o comunismo sem recurso a meios violentos, Cardia conclui com uma tónica na identidade de processos e fins entre a Direita e o comunismo face ao socialismo de distribuição ou social-democracia: «Daqui decorre por exemplo que o comunismo histórico e o fascismo histórico, por maiores que sejam as diferenças que os opõem, são ambos de extrema-direita.» (P. 128.) E, estendendo o raciocínio aos grupúsculos «à esquerda» do PCP desses anos, escreve: «Nesse sentido se pode e deve



dizer que Portugal tem sido excessivamente governado à direita. Por eloquente ironia do destino, os momentos e os expoentes mais esquerdistas do processo revolucionário desenvolvido entre 1974 e 1976 configuram casos exemplares de uma política de direita.» (P. 129.) Isto, que foi escrito em 1982 (lembre-se), conduz o leitor à conclusão, «A utilidade de uma reflexão teórica»: «É urgente lutar pela autonomização intelectual do socialismo de distribuição relativamente ao socialismo de colectivização. Constitui essa a grande tarefa teórica dos partidários do socialismo democrático. A questão não é especificamente portuguesa ou francesa. É universal ou quase. Nem por isso deixa de ser exacto que ela se inscreve no coração da reflexão socialista em Portugal.» (P. 131.) Desfeito o estandarte da colectivização, pequenos socialistas dogmáticos persistem (ou grandes, como a China). Cardia deu um poderoso contributo para aquela autonomização, sendo o livro aliás bem recebido, mas nunca a revisitou, menos ainda depois de 1989. É pena, mas tudo o que voltou a escrever (como esboço) foi isto:

«Também ponderou o seguinte. Definia e define socialismo como uma ideologia sócio-económica que, inserida em tradição ou tradições auto-identificadoras,

sustenta que o Estado ou outra entidade pública deve ter intervenção directa na tutela de actividades económicas, ou outras consideradas do ponto de vista do respectivo custo económico, por razões de justiça social (e não apenas de eficácia económica). Designadamente, em regime capitalista, através de redistribuições da riqueza que permitam prestações favoráveis aos mais fracos. Ora acontecia que vários partidos socialistas no poder tinham enveredado triunfantemente pela via de catadupas de privatizações. Como pode alguém credenciado explicar credivelmente, a jovens que no máximo viveram meia dúzia de anos de tempo político, que o socialismo consiste afinal naquilo mesmo que estava a ser aceleradamente destruído quase tanto por socialistas como por anti-socialistas?

Em todo o caso, o autor de *Socialismo sem Dogma* teve uma ‘vitória’ em que não se reconheceu suficientemente, sobretudo a partir dos anos 90. O socialismo ‘de distribuição’ foi mal e excessivamente aplicado por tantos dos que, na década anterior, mais dissentiram da descolectivização e da crítica do marxismo. Rodaram cento e oitenta graus, quando era razoável que tivessem mudado cento e vinte. Não quero correr o risco de contribuir para que inesti-

máveis glórias do pensamento nacional venham a receber na história do seu valoroso e copioso labor um ou outro piedoso ou apologético salpico infra-heróico.» (CP, p. 110.)

Para o tema que é, sabe a muito pouco. Mas durante a década de 1980 o seu pensamento evoluía já noutras direcções, mais históricas e filosóficas.

Caso flagrante é o opúsculo *Salazar, Abril e o Presente*, publicado em Lisboa, pela UGT, em 1985. Trabalho invulgar pela sua natureza histórica, em que Cardia segue uma visão da história contemporânea portuguesa latamente sergiana (um dos poucos que não se limitaram a repetir o Mestre), nele encontramos a demarcar-se da retórica antifascista, observando que o elemento esquerdista do fascismo (revolucionário) faltou ao salazarismo (cf. p. 17), tema ainda hoje controverso. Sem ilusões quanto ao sucesso limitado do 25 de Abril, que descolonizou sem reformar a estrutura social portuguesa a nível político-institucional (cf. p. 22), ainda assim não fala de medo nem em falhanço, a liberdade prevaleceu e nesse aspecto decisivo a ruptura foi radical (cf. p. 23). Fiel ao sistema partidário que uma década antes ajudara a implantar, demarca-se do desdém pelo «poder central» (p. 33) e critica o semipresidencialismo, que

pensa ir evoluir ou para o presidencialismo ou para o parlamentarismo (cf. pp. 35-36). O que importa é o bom exercício do poder democrático, legítimo e efectivamente exercido, como exigência do bem público (cf. p. 40). Nesse sentido, a adesão à CEE era percebida como «um dos factos mais relevantes da história portuguesa» (p. 44), por ser uma oportunidade de fazer do 25 de Abril «momento culminante de viragem na história portuguesa. Algo assim — passe o pretensiosismo — como a vitória dos vencidos de Alfarrobeira (1449), que, para além de breves intervalos, vencidos têm continuado até aos nossos dias. Para dizer o essencial numa expressão enfática: seria o termo do processo da decadência nacional iniciado no século XVI.» (P. 45.) O seu afastamento da vida pública indica que a seu ver assim não foi. Em todo o caso, e na linha do que vimos escrevendo, bem nota João Miguel Almeida no seu estudo incluído no volume de homenagem que organizámos, sobre a evolução do pensamento político de Cardia, que as suas linhas de forças foram sempre estáveis.

A década de 1980 foi marcada por esse progressivo desencanto e afastamento. O «Diário» revela-os, misturados com sagacidade política e algum bom humor, empenhado em apoiar Soares mesmo con-

trariando outros próximos, como Zenha, discreto voluntariamente na vitória de 13 de Dezembro de 1982 sobre a AD (que o fez reentrar na Assembleia da República). Sobretudo Soares e o PS ocupam-no, da política não saíra (no final de 1982 as entradas no «Diário» multiplicam-se em torno deste tema).

De volta à política activa, os choques com Soares, que sempre prezou particularmente, manter-se-ão. Um seu companheiro, José Leitão, refere um dos episódios mais marcantes no seu texto para o volume de homenagem:

«O debate da Proposta de lei n.º 71/III (Segurança interna e protecção civil) foi prolongado e esclarecedor e verificaram-se intervenções críticas dos deputados socialistas Mário Sottomayor Cardia, Manuel Alegre e Edmundo Pedro. A divisão de opiniões traduziu-se na votação contra esta proposta, na generalidade, de sete deputados socialistas, na reunião plenária de 26 de Julho de 1984<sup>1</sup>. A proposta tinha sido apresentada pelo governo do bloco central (PS/PSD) liderado por Mário Soares e era para alguns

---

<sup>1</sup> *Diário da Assembleia da República*, III legislatura, 1 série, n.º 145, sexta-feira, 27 de Julho de 1984.

de nós uma lei inadequada e liberticida, violando a Constituição da República.

Os deputados Edmundo Pedro, Eurico Figueiredo, José Leitão, Manuel Alegre, Margarida Marques, Mário Sottomayor Cardia e Rui Monteiro Picchiochi entenderam ser seu dever de consciência votar contra a Lei de Segurança Interna, o que teve o seu custo político com a exclusão de alguns das listas para deputados nas legislativas seguintes.»

Não seria o caso de Cardia, cujas intervenções, neste e noutros debates, se encontram reunidas em *Prosas sem Importância* (Presença, 1986), um título que a muitos seria adequado, mas nunca a prosas suas. Continuou polémico durante os anos 80, verberando «Sua Camaleonência» (Eduardo Prado Coelho) nos tempos do cavaquismo, e processando a RTP por montagem de um discurso seu na tribuna da Assembleia da República de modo a engendrar um insulto ao então primeiro-ministro Cavaco Silva. Este, um espírito em tudo oposto ao seu, como aliás o de Constâncio, marcava uma nova era. O seu tempo, o da sua oratória cuidada e sofisticada, passara, os costumes já não se compadeciam com o seu recurso regular à figura da defesa da honra, tornara-se não na «direita do PS» mas em representante de algo

que, na disputa do lugar de secretário-geral do PS entre Sampaio e Gama, este referia amiúde, «o nosso PS» — afinal, como o triunfo de Sampaio sobre Gama comprovaria, o PS já não era «deles». Penoso seria o afastamento das listas eleitorais do PS, depois de uma iniciativa pessoal de proposta de revisão constitucional nos trabalhos parlamentares nesse sentido em 1988. Nas listas às eleições legislativas seguintes, em 1991, estava já «de fora». Recebe do Presidente Soares a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade nesse ano, mas os velhos antagonismos da geração de 1962 nunca haviam desaparecido, e já não havia espaço para todos na política do Portugal de sucesso.

## UNIVERSIDADE E O RESTO

Sem cumprir o programa filosófico de quatro obras em que pensava, Mário Sottomayor Cardia nem por isso permaneceu ocioso nessa década de 1980. Além do já referido, em rigor nunca deixou de pensar nas suas influências de juventude. A de Sérgio, por exemplo:

«Pela teoria do conhecimento me iniciei na filosofia. O problema que primeiro me interessou foi o da comparabilidade das representações sensoriais. Como posso saber que o azul-escuro do fato de X que eu (Y) vejo é o mesmo azul-escuro do facto de X que Z vê? Assim reinventei, entre os treze e os quinze anos, o problema da comparabilidade dos conteúdos perceptuais da actividade sensível da nossa ou de outras mentes, identicamente descritos na expressão verbal de cada sujeito cognoscente. Sob as influên-



cias contrárias da gnosiologia neokantiana de António Sérgio e da do positivismo lógico, que conheci a partir de uns livros, designadamente de Rudolf Carnap e de A. J. Ayer, que descobri em Londres.

Nunca esquecerei o exemplar, que descobri em casa, da segunda edição do quinto volume dos *Ensaio*s de Sérgio. Foi em 1954-1955? Não posso saber. Mas rapidamente Sérgio se tornou, para mim, quase o que ele hoje é. O maior pensador da história de Portugal, salvo porventura um Francisco Sanchez. De Sérgio filósofo reteve, ao tempo, algumas ideias centrais: sem dinamismo mental não há sensibilidade empírica, a ciência é sustentação coerente de conjecturas, todo o conhecimento é construção ou representação mental, os conceitos não se obtêm por abstracção e generalização, mas por comparação, etc.» (CP, pp. 11-12.)

Sérgio originou ainda um dos seus últimos ensaios publicados, «António Sérgio ou o mentalismo relacional», comunicação apresentada ao congresso comemorativo de Sérgio «António Sérgio: Pensamento e Acção», realizado no Porto em 2003 (cf. vol. 1 das *Actas*, Lisboa, UCP — Centro Regional do Porto-INCM, 2004).

Mas até influências menos evidentes continuaram a maturar dentro do seu espírito, algo de que as memórias de «Combates Passados» bem atestam:

«De Edmundo Curvelo recebi influência favorável — cada uma das suas obras filosóficas é de grande qualidade e obedece a uma sistemática excelente — mas também desfavorável: a aposta em matematizar todas as ciências humanas incluindo a Psicologia. Isso de alguma forma contribuiu pelo meu desdém pelo Direito, não ainda matematizável e que eu não esperava viesse a sê-lo pelos professores que teria na Faculdade de Direito. Percebi muito mais tarde que, no interior dos meus parâmetros mentais de então, para viver por dentro o Direito, o que me faltou foi conhecer o *Traité de l'Argumentation* de Chaïm Perelman, publicado no próprio ano em que decidi não seguir Direito. Não devo a Edmundo Curvelo a escolha de curso. Mas devo-lhe hoje a compreensão da escolha que fiz.» (CP, p. 12.)

Com efeito, é comum — e correctamente — integrar-se Edmundo Curvelo entre os expoentes portugueses da lógica em sentido filosófico moderno, isto é, como projecto de redução dos termos dos problemas filosóficos clássicos a termos matemáticos. Curvelo foi mestre do pensamento lógico moderno,

apesar de uma vida muito breve (1913-1955), e tentou logificar as ciências humanas, sobretudo a psicologia. Como escreve J. M. Curado, no seu estudo «O glaciário e o vulcão» (acessível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4929/1/O%20GLACIAR%20E%20O%20VULCAO.pdf>): «Nada do que foi feito nas primeiras quatro décadas do século em lógica em Portugal poderia anunciar uma obra de qualidade tão superior. É de justiça elementar reconhecer que na segunda metade do século, depois de uma morte prematura, nada foi feito que se assemelhasse em visão global e em força de argumentação à obra de Curvelo. Para o melhor e para o pior, Curvelo é a lógica do século xx em Portugal.» Menos conhecido que Francisco Vieira de Almeida, Curvelo deixou no entanto em Cardia uma marca para a vida que não só o excerto acima reproduzido de CP mas também quase todas as suas obras e intervenções públicas atestam: uma atenção hiperescrupulosa à linguagem e ao seu rigor formal.

Maior ainda foi a influência de Vieira de Almeida, tendo participado na homenagem que lhe organizou a Faculdade de Letras com o estudo «Vieira de Almeida e a atitude perante a Metafísica», bem como na mesa-redonda do encontro (ambos publicados no

volume *Vieira de Almeida — Actas do Colóquio do Centenário*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1991).

Vieira de Almeida, na sua nota prefacial ao primeiro livro, nunca publicado, de Cardia (como já se referiu, *Racionalismo, Consciência Metodológica*), escrevera tratar-se de um esforço por traçar um panorama da epistemologia sem obediência a nenhuma escola particular. Aí se encontram combinadas, com a originalidade própria dos 20 anos, as várias influências (Sérgio, Sílvio Lima, Curvelo e o próprio Vieira de Almeida) que desde logo sempre o impediram de vir a ser marxista. O livro parte de problemas de teoria do conhecimento «clássicos» (sobretudo em torno dos conceitos de verdade, conhecimento e razão) para uma sua discussão empregando já notação da lógica formal moderna e, no seu último capítulo, aborda mesmo questões éticas e estéticas. Como a «Nota final» de Cardia (de Abril de 1963, imediatamente antes da publicação abortada do livro) revela, o esquematismo do ensaio devia-se a uma concepção de razão que entretanto desenvolvera, e a um carácter de projecto futuro que, não estando abandonado, estava ainda vago. Muito permaneceu assim o resto da sua vida. Mas não tudo.

Entre esta primeira obra, o projecto de um conjunto de quatro trabalhos descrito no capítulo anterior e o seu doutoramento há nexos evidentes e relevantes. Entre eles há que notar: a função do racionalismo como horizonte da argumentação ética, política, histórico-filosófica; a relevância que os usos da linguagem sempre teve, e que cresceu com o passar do anos, culminando no doutoramento; a centralidade da relação entre ética e filosofia política no seu pensamento, tanto académico como de índole partidária; a autocrítica, na forma de constante disponibilidade para rever (e se necessário abandonar) os seus projectos intelectuais sem com isso se afastar das preocupações que haviam originado esses projectos; por fim, a reflexão sobre as suas principais influências filosóficas, que em muito coincidiam com as suas grandes referências cívicas.

De relevância particular, quer em conexão com Vieira de Almeida quer na economia do seu próprio pensamento, é a dissertação de doutoramento «Da estrutura da moralidade», que veio a ser aprovada com distinção e louvor pela FCSH/UNL em 1992 e publicada nesse mesmo ano pela Editorial Presença sob o título *Ética I*. Permanece ainda hoje o mais notável trabalho de ética feito em Portugal (talvez até

em português). Sobre ele escreveu, para o volume de homenagem *Liberdade sem Dogma* (mas já pré-publicado no n.º 4 da revista *Prelo*, INCM, Lisboa, Abril de 2007), António Braz Teixeira:

«O ponto de partida do pensamento ético de Cardia, para quem, como se notou já, a ética se reconduz à análise lógica da estrutura da moralidade, é a convicção de que, em parte, a moralidade é uma linguagem que, no entanto, diverge das outras linguagens, como as das ciências, do conhecimento empírico, do direito, do discurso literário ou da acção política.»

Esta perspectiva, coerente com o projecto da obra em quatro partes já referida, confere ao trabalho uma unidade própria de estudo autónomo mas igualmente uma pluralidade de desdobramentos tida por natural, pois assim pensada a moralidade é uma linguagem que se distingue por ser valorativa mas que para o ser necessariamente permanece em contacto com outras linguagens dotadas de características diversas.

Sinteticamente, e citando de novo o estudo de Braz Teixeira pela sua concisão, clareza e singularidade (não conhecemos nenhum outro dedicado a esta obra de Cardia):

«A análise da estrutura da moralidade, segundo Sotomayor Cardia, levava a distinguir nela quatro ní-

veis, correspondentes, respectivamente, às *judicações morais*, às *normas morais*, aos *protonormativos morais* e aos *princípios morais*.»

Deixando de lado aqui a longa, ainda que indispensável, definição de todos estes (e muitos outros) termos, até porque a costumeira veia analítica de Cardia atingiu nesta investigação uma riqueza impressionante, saliente-se não só o rigor mas também a originalidade do seu pensamento, no qual os «protonormativos morais» desempenham um papel capital no processo judicativo. Esta característica do seu pensamento leva António Braz Teixeira a qualificar o seu pensamento ético como neo-utilitarista, na senda de Sidgwick e não na de Bentham e Stuart Mill:

«Deste modo, para Sottomayor Cardia, a moralidade não se limita a requerer que não se tratem os outros como meios para os nossos fins, mas requer, mais rigorosamente, que nos tratemos também como meios para os fins dos outros.

Assumindo que a sua teoria ética era de cariz *utilitarista*, o pensador notava, contudo, que a noção de interesse moral era mais ampla do que as de prazer, felicidade e não-sofrimento, abrangendo toda a satisfação de preferências.

Com efeito, para Cardia, a rigor, o termo ‘utilitarismo’ designaria não uma mas um conjunto de teorias morais, unificadas por partilharem a afirmação de que o princípio de utilidade constitui o único derradeiro critério de avaliação moral dos actos e de valorização moral das normas.

Deste modo, para o filósofo, perfilhar o utilitarismo significaria sustentar que, em toda a extensão possível, deve agir-se de modo a promover a máxima satisfação do interesse geral de todos os afectáveis pelas consequências da acção ou da omissão, do que decorreria, então, que as acções ou omissões morais devem ser avaliadas como boas ou más pelas suas consequências previsíveis pelo agente nas condições de informação normalmente adequadas à posição do agente na sociedade.»

A este utilitarismo da regra ideal (por contraposição ao da regra já estabelecida), no qual a função dos protonormativos morais é determinante (de novo, por motivos referidos por Braz Teixeira e que excedem o âmbito deste trabalho), não exclui princípios morais, sendo que a «regra ideal» deste utilitarismo se reporta, ainda que indirecta e infalivelmente, a estes. Não excluindo aspectos afectivos, biológicos ou sociais da moralidade, Cardia sustentava que es-



tes aspectos se encontravam subordinados à estrutura da linguagem moral, não a subordinavam. O desenvolvimento desta linha de argumentação reclama os estudos que nunca chegou a escrever, mas nem por isso se pode considerar incompleta ou insuficientemente fundamentada. Trata-se de um trabalho académico que honra e distingue a universidade que o acolhe e constitui a grande monografia da obra de Sottomayor Cardia, sendo um desafio e um estímulo a qualquer leitor inteligente, independentemente das suas posições filosóficas ou políticas.

Mas tanto não lhe bastava. Mesmo no prefácio de *Ética I*, em rigor, não se escusava a observações políticas como a que dá a União Europeia como esperança para Portugal garantir a sua soberania (p. 12, n. 1). Em «Combates Passados» (pp. 102 e segs.) encontramos amiudada notação de encontro, discussões, etc., do início da década de 1990 (1993-1994, sobretudo) de política pura, em torno da questão da eleição presidencial de 1996. O que o motivava, agora que já não era deputado? Em CP, responde:

«Em Março de 1994, disponibilizou-se para candidatura à Presidência da República na eleição de 1996. Movia-o basicamente o desejo de dispor de uma tri-

buna política que lhe permitisse sacudir a ‘democracia atrofiada’.» (P. 105.)

«Combates Passados» inclui grande acervo de dados do episódio da candidatura anunciada e não concretizada às eleições presidenciais de 1996. Poucos casos terão sido mais obscenamente tratados pela imprensa dita de referência portuguesa, incluindo muito jornalismo autoproclamado «de esquerda», como esse. Citemos o final da declaração de anúncio de candidatura lido à Imprensa nos degraus da Assembleia da República, a 3 de Março de 1994:

«Sou português, democrata e laico. Permaneço fiel aos valores do socialismo liberal que subscrevo desde finais de 1974. Fique todavia claro, que sou mais liberal, no sentido nobre da palavra, do que socialista.

Sempre fui, acima de tudo, liberal nessa acepção e por isso combati todas as ditaduras e ameaças de ditadura sob as quais esta Pátria viveu durante a minha vida. Assim quero continuar. É esse para mim o valor supremo da moralidade política.

Sou desde a primeira hora adversário de Cavaco Silva. No essencial aconteceu o que previ em 1985. As instituições são democráticas mas, em espírito, os governantes não o são. Sou adversário da intolerância, do racismo, da xenofobia, do pós-secularis-

mo, do militarismo que desprestigia as Forças Armadas e malbarata os escassos recursos financeiros do Estado. As escolas e hospitais precisam de administradores competentes; à polícia — obviamente civil — nunca será demasiado afectar bons quadros e agentes dotados de boa formação democrática. A cooperação é imperativo da defesa da presença de Portugal no mundo. Uma sensata política de habitação e obras públicas pode ser conduzida até como forma de reduzir o perigo do racismo. Nada é excessivo para defender o prestígio das Forças Armadas: o sorteio é a boa gestão da obrigatoriedade do serviço militar.

Não tenho poder. Nunca o tive, salvo nos dois anos em que fui membro de dois Governos e à modesta escala das minhas competências administrativas e normativas. Penso que soube então agir com autoridade. Hoje a hora é, infelizmente, de defesa da liberdade. Em democracia atrofiada, o poder também pode ser legal sem liberdade. Não há liberdade cívica onde há constrangimento ou manipulação sistematizados. Não deve haver autoridade sem liberdade. A legitimidade procedimental confere legitimidade jurídica mas não a autoridade política necessária para

fazer frente aos difíceis tempos em que estamos. Os anos fáceis da ingovernação demagógica vão-se esgotando.

O País já mal me conhece. Saí do Governo há mais de quinze anos.

Nem me disponibilizo por sacrifício nem por obsessão. A política tem-se afastado do País. Também por isso de ela me encontrava distanciado. Não tenho tempo nem idade para me ocupar de tricas politiqueras. É da contingência do autêntico homem político estar sempre na iminência de ser afastado da política. Empenharei todas as minhas energias e sacrificarei novamente a retardada carreira profissional com o ânimo e a determinação que sempre me tem dado a luta pelas causas públicas que me apaixonam. Apenas ouvi cinco ou seis amigos pessoais antes de concluir a redacção do que ouviram. A eventualidade da minha candidatura está nas mãos de quem nela confiar. Do meu ponto de vista, o Partido Socialista só deve apoiar candidato depois das eleições legislativas. Temos muito tempo diante de nós.

Só historicamente interessa o que cada um de nós deu à defesa da liberdade. No plano político o que vale é o contributo que nos sentirmos capazes de dar

a essa defesa, no presente e no futuro. De mim, o País sabe o que será feito na Presidência da República.»

Caso para dizer que a própria declaração se apercebia das contingências do autêntico homem político que o afastavam da política... O doloroso soçobrar da iniciativa, após um breve frenesi mediático em seu redor, que acarretou ainda uma suspensão, por motivos de saúde, das suas aulas no restante do ano lectivo 1993-1994, marcou um ponto decisivo de viragem e afastamento do espaço público, e da política, de Sottomayor Cardia.

Voltou a escrever nos jornais, sobretudo a respeito da despenalização do aborto. Manteve contactos regulares, sociais, com os seus próximos, por vezes em encontros partidários. Ocasionalmente envolveu-se em actividades políticas como as manifestações do Bloco de Esquerda em frente à embaixada dos EUA em 1999, contra o ataque da NATO à Sérvia. Mas tudo isso era residual, se tanto. O título «Combates Passados», e o subtítulo castigador «Memórias de um pequeno político», atestam-no cruamente. A este respeito, citemos de novo:

«Após a vitória do PS em finais de 1995, manteve-se inalteravelmente distante do novo poder. Quan-

do se tornou patente que o PS mantinha o objectivo de, através de reforma da lei eleitoral, majorar os resultados dos grandes partidos e fazer emagrecer os dos pequenos, considerou chegada a hora de se desvincular do partido. Na verdade sempre defendeu que o País necessita de uma cultura de coligação governativa.

Mais individualista do que comunitarista, não é, e (quase?) nunca foi, homem de vocação partidária. Se nascido em democracia, talvez nunca tivesse aderido a partido algum. Não por os desconsiderar mas por os considerar adequados para pessoas mais vocacionadas ou no plano emocional ou no administrativo. Admite contudo que ter passado pelo espartilho partidário lhe pode ter sido útil. Todavia raras vezes terá sentido qualquer dos partidos a que pertenceu como magnética referência afectiva; valiam (e não era pouco) como instrumento útil ao exercício da cidadania dirigente. Raras vezes se terá sentido inteiramente bem na pele de dirigente partidário e nunca na de 'elemento de base'. No fundo desagradam-lhe os aspectos orgânicos da cidadania, vivendo-os como estorvos à liberdade pessoal. Nunca teve clientes (ou pelo menos nunca procurou tê-los) e nem recorda de ter sido cliente. Considera ter sido sempre 'libe-

ral' nessa nobre acepção. Todavia respeita, cada vez mais, o comunitarismo dos outros.» (Pp. 109-110.)

«Combates Passados» inclui ainda textos sobre Zenna e Piteira Santos de interesse, bem como notas sobre a evolução do socialismo. Mas, tal como tudo nestes anos, ficou incompleto.

Também o projecto «análise da linguagem política» pode ter estado na génese de «Máximas para uso de prudentes» conjunto de aforismos muito desequilibrado mas que chegou a conhecer uma publicação, em versão muito reduzida, com o título «Máximas prudenciais do jogo político e de outros jogos de poder» (*Revista da FCSH*, n.º 11, 1998; existe também uma separata revista e aumentada mas ainda longe do documento inédito). O problema deste projecto foi a sua rápida deriva de máximas para alongados apontamentos. Cardia, além de culto e experiente, dominava o português como poucos, e por isso as suas máximas podiam ser de facto notáveis. Mas dominado por uma vontade de pensar o quotidiano, muitas vezes as suas máximas perdem a concisão e a formalidade que o género requer e abandonam-se em comentários mais ou menos castigadores sobre instituições e/ou pessoas públicas, escritas sob forma perene mas em última análise muito pouco

convincente. Quando os seus próximos lhe objectaram isso mesmo, recusou-se a aceitar, e pensava mesmo publicar a versão mais longa das «Máximas», um documento já com 85 páginas intitulado «Breviário para uso de prudentes». Este é um conjunto de máximas em 29 capítulos, antecidos de um proémio. Vale a pena comparar a primeira máxima do proémio com a última do capítulo derradeiro para ilustrar o defeito que Cardia se recusava a reconhecer:

«O cínico desvenda ou declara o que o hipócrita oculta ou esconde.»

«Se és bom adorador da economia sem limites, proclama que o mercado (protegido e amamentado pelo Estado) — e designadamente o mercado através da política — é o ponto (sussurrado e soletrado) do teatro da vida. Urge que alguém escreva um genial hino ao mercado sem peias. A poesia corre o risco de se tornar obsoleta. A boa poesia foi sempre poesia do seu tempo. Será finalmente (sim, Fukuyama tem razão) o verdadeiro hino à alegria.»

Não se trata de concordar ou discordar de uma em favor da outra. A questão é que a primeira é uma máxima, a segunda é quando muito uma reflexão. O termo «breviário» era uma escapatória ao rigor previsto no projecto inicial, mas muitas das reflexões



eram ainda mais compósitas e mais marcadas por eventos (sobretudo judiciais) do quotidiano português para não soarem a artificial. Em todo o caso, não será de todo desinteressante para quem quiser compreender a relação entre ética e política no pensamento de Sottomayor Cardia dedicar algum tempo ao estudo deste projecto. Como se lê no seu proémio: «Pode simplifadamente dizer-se que os planos da moral e da política se tocam necessariamente em um ponto: moral e política gerem interesses. ‘Gerir’ entende-se na mais alta acepção concebível. A convergência necessária esgota-se porventura aí.» Cardia nunca foi um «prudente» nesta acepção «gestionária», sempre foi demasiado escrupuloso intelectual e politicamente para as convergências de que teria necessitado para um sucesso diferente da sua conduta política. Mas, com todas as suas falhas, o Breviário contém algumas fulgurações dignas do autor de *Ética I* e de *Socialismo sem Dogma*.

Por fim, alguns desses textos ficaram pouco conhecidos (como o meritório «Cinco tipos de democracia institucional», in *Revista da FCSH*, n.º 12, 1999; «Os reformismos político-sociais europeus entre 1900-1940», in *As Grandes Correntes Políti-*

*cas e Culturais do Século XX*, org. de António Reis, 2003) ou infelizmente inéditos, como a sua participação no colóquio «A Filosofia e o resto», organizado pelo Departamento de Filosofia a que então ainda pertencia (cerca de 1997).

Nos últimos anos integrou o Departamento de Ciência Política da FCSH. Aí, os Professores José Esteves Pereira e Manuel Filipe Canaveira o apoiaram, sobretudo na difícil decisão de parar de leccionar, de novo por motivos de saúde. Nesse processo, que Canaveira não refere publicamente embora várias vezes no seu estudo para o volume de homenagem *Liberdade sem Dogma* lembre episódios do contacto entre os dois, também o Professor João Sàágua, director da FCSH, foi decisivo, ao possibilitar uma ligação à Casa como investigador.

Quando morreu, José Pacheco Pereira escreveu: «Mário Sottomayor Cardia morreu agora, mas na verdade já tinha morrido há muito tempo, porque não ocupava já o lugar de ninguém, não afrontava os vivos, logo não existia, estava esquecido.» (Cf. «Arquivo» do blog *Abrupto*, Novembro de 2006.) É verdade, mas não é uma verdade sobre Cardia, antes sobre a sociedade portuguesa (como o próprio Pa-

checo Pereira nota). Tanto pior para esta, que assim ignora um dos seus maiores filósofos (como notou António Braz Teixeira, comparando-o a Fernando Gil), além de um dos seus maiores vultos cívicos do século xx.

A Sottomayor Cardia, que detestava a palavra «saudade», nada disso o pode atingir.

## ÍNDICE

Nota prévia .....	5
1 — Juventude, formação, oposição .....	9
2 — As Esquerdas e a revolução .....	27
3 — A política e a obra .....	49
4 — Universidade e o resto .....	71



## Colecção Essencial

*Últimas obras publicadas:*

70. O TEATRO LUSO-BRASILEIRO  
Duarte Ivo Cruz
71. A LITERATURA DE CORDEL PORTUGUESA  
Carlos Nogueira
72. SÍLVIO LIMA  
Carlos Leone
73. WENCESLAU DE MORAES  
Ana Paula Laborinho
74. AMADEO DE SOUZA-CARDOSO  
José-Augusto França
75. ADOLFO CASAIS MONTEIRO  
Carlos Leone
76. JAIME SALAZAR SAMPAIO  
Duarte Ivo Cruz
77. ESTRANGEIRADOS NO SÉCULO XX  
Carlos Leone
78. FILOSOFIA POLÍTICA MEDIEVAL  
Paulo Ferreira da Cunha
79. RAFAEL BORDALO PINHEIRO  
José-Augusto França
80. D. JOÃO DA CÂMARA  
Luiz Francisco Rebello
81. FRANCISCO DE HOLANDA  
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
82. FILOSOFIA POLÍTICA MODERNA  
Paulo Ferreira da Cunha

83. AGOSTINHO DA SILVA  
Romana Valente Pinho
84. FILOSOFIA POLÍTICA DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA  
Paulo Ferreira da Cunha
85. O ROMANCE HISTÓRICO  
Rogério Miguel Puga
86. FILOSOFIA POLÍTICA LIBERAL E SOCIAL  
Paulo Ferreira da Cunha
87. FILOSOFIA POLÍTICA ROMÂNTICA  
Paulo Ferreira da Cunha
88. FERNANDO GIL  
Paulo Tunhas
89. ANTÓNIO DE NAVARRO  
Martim de Gouveia e Sousa
90. EUDORO DE SOUSA  
Luís Lóia
91. BERNARDIM RIBEIRO  
António Cândido Franco
92. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO  
José-Augusto França
93. AVERRÓIS  
Catarina Belo
94. ANTÓNIO PEDRO  
José-Augusto França
95. SOTTOMAYOR CARDIA  
Carlos Leone

Composto e impresso  
na  
*Imprensa Nacional-Casa da Moeda*  
com uma tiragem de 800 exemplares.  
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se  
em Novembro de dois mil e sete.

ED. 1014874  
ISBN 978-972-27-1615-4  

---

DEP. LEGAL N.º 266 583/07



ISBN 978-972-27-1615-4



9 789722 716154

95